

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	1 de 16									

[tradução: Marta M. de Andrade. Rackham, H. (trad.). Lœb Classical Library, 1990; revisão Labeca]

Livro I. 1252a-1253b

I. Dizíamos que toda pólis parece ser uma comunidade, e toda comunidade, como forma de união, segue em direção ao bem (já que todas as ações de todos são praticadas tendo em vista o bem). É assim evidente que, na medida em que toda comunidade visa o bem, a comunidade suprema e que inclui todas as outras em seu seio almeja o bem mais supremo; e esta é aquela que se chama pólis, a comunidade política. Desta maneira, os que veem o exercício político, o soberano, o econômico e o despótico como sendo a mesma coisa, não falam adequadamente. Argumenta-se que a diferença reside no muito e no menos¹, ao invés de se remeter a uma diferença na forma; e, assim, veem o despótico como exercício sobre menos, o econômico sobre mais e sobre ainda mais veem o político ou o soberano, como se neste sentido não diferissem uma grande família e uma pequena pólis; e ainda quanto aos exercícios político e soberano, veem aquele caracterizado pela condução de um só como soberano, enquanto veem como político aquele em que, de acordo com os fundamentos da ciência [de governo], se intercambia conforme o caso o que conduz com o que é conduzido. Nenhum desses argumentos é conforme à verdade. E prova do que dizemos será o exame da questão em acordo com o método próprio ao conhecimento. De fato, no que tange a todas as outras matérias, é necessário investigar a síntese analisando os elementos não sintéticos que a compõem (já que esses elementos são as menores partes do todo); assim se passa relativamente à pólis: examinando as partes que a compõem podemos discernir melhor quais

¹ πλήθει e ὀλιγότητι são referências que podemos contextualizar equiparando-as aos πλήθοι, os “muitos” da democracia e aos ὀλιγοί, ou os “poucos”, tal como Aristóteles se refere ao grupo de elite na pólis. Cf. *Ath. Pol.*

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	2 de 16									

são as diferenças entre elas, e podemos obter, se possível, um aprofundamento “técnico” (τεχνικόν) da questão no modo como foi estabelecida acima.

A melhor maneira de teorizar sobre este assunto como sobre outros é observar o aparecimento das coisas desde o princípio. A necessidade faz com que primeiro se junte àqueles que não têm a capacidade de existir um sem o outro, união esta como a que se dá entre o feminino e o masculino, requerida para a geração (e isto não por deliberação própria, mas antes porque também em outros animais e plantas um impulso natural faz com que desejem deixar para trás um outro semelhante a si mesmo), e como a que ocorre entre aquele que guia por natureza e aquele que é guiado por natureza, em vista da salvaguarda (pois aquele capaz de agir nesta direção com pensamento antecipador constitui-se como condutor por natureza e senhor por natureza, enquanto que aquele capaz de fazer a mesma coisa com o corpo constitui-se como conduzido e escravo por natureza; daí que senhor e escravo tenham o mesmo interesse). Assim, por natureza o feminino e o escravo diferem (pois a natureza não produz nada como os forjadores fazem a faca délfica, de forma imprecisa, mas uma coisa para um fim; sendo assim cada ferramenta sairá com a maior perfeição se ela servir não a vários usos, mas a um único). Se entre os bárbaros, o feminino e o escravo estão na mesma posição, isto se dá em razão de que entre eles não há condutores por natureza, mas antes a parceria conjugal é uma parceria entre escravas e escravos. Assim dizem os poetas — *isto mostra que os gregos devem conduzir os bárbaros*² — implicando que o bárbaro e o escravo sejam de mesma natureza. A partir dessas comunidades, igualmente, é primeiro feita à família³ e, corretamente, Hesíodo poetizava: *Primeiramente e antes de tudo um oïko, uma mulher e um machado para cavar*⁴ — pois o machado toma o lugar

2 Eurípides, IFA, 1400.

3 Ὀικίας- Optamos por traduzir este termo por “família”, embora devamos esclarecer que nem οἰκίας nem οἶκος referem-se apenas às pessoas ou às coisas. Mantivemos οἶκος sem tradução, como “pólis” e outros termos que vão por si na tradição historiográfica. Ὀικίας- Têm ao mesmo tempo o sentido da “habitação”, “casa” e do grupo doméstico que vive na casa.

4 TRAB, 405.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	3 de 16									

de um serviçal para o pobre. Portanto, a comunidade reunida para o dia a dia segundo a natureza é o oïko, aqueles a quem Charondas chama “os de mesma refeição”, e o cretense Epimênides “os de mesma manjedoura”.

Por seu lado, a primeira comunidade de várias famílias para uma utilidade não diária é a aldeia. A melhor forma de ver a aldeia é, segundo a natureza, como colônia da família, a quem se chama “os de mesmo leite” [filhos e filhos dos filhos]. É por causa disso que primeiro as *póleis* existiram sob a realeza e que ainda existem assim os *éthne*, já que são conjuntos formados por subordinados à realeza. Pois toda família está sob o poder real do mais velho, de forma que as colônias também se configuram assim por causa do parentesco de seus membros. E é isto mesmo o que diz Homero: *Cada um regia segundo a themis os filhos e as esposas* ⁵— já que viviam espalhados [os Cíclopes]; e era assim que se habitava no princípio. E muitos falam dos deuses como se eles os comandassem, porque estão eles próprios ainda hoje ou estiveram antigamente sob o poder real; e como se figuram os deuses como semelhantes aos homens, supõem que a vida dos deuses é como a sua.

A comunidade formada por várias aldeias é a pólis em sua plenitude. Neste momento, ela chegou ao limite da autarquia completa e, portanto, enquanto ela vem ao mundo para favorecer a vida, ela existe para a boa vida. Então toda pólis existe por natureza, assim como as primeiras comunidades assim existem; porque a pólis é a plenitude das outras comunidades, e a natureza é plenitude, no sentido em que dizemos de cada coisa quando sua maturação chegou ao fim que este fim é a natureza de cada coisa, seja de um homem, um cavalo ou uma família. Novamente, o motivo pelo qual algo existe, sua plenitude, é seu bem mais supremo; e a autarquia é a plenitude, e o bem mais supremo. A partir de tudo isto, pois, torna-se evidente que a pólis é conforme a natureza e que o homem é por natureza um animal político, e um homem que por natureza e não

⁵ Interessante é que esta passagem pertence à *Odisséia* [IX.114] e refere-se à organização dos Cíclopes.

	Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	4 de 16

por acaso é um sem-pólis ou é de qualidade inferior ou é muito poderoso (como o “sem-fratria, sem-*themis*, sem-lareira” criticado por Homero, pois este é por natureza sem-pólis e também um apaixonado pela guerra)⁶ assim como parece uma peça isolada do jogo. E o porquê de o homem ser um animal político em maior medida que qualquer abelha ou animal gregário, é evidente. Pois como dizemos, a natureza não produz nada sem propósito; apenas o homem, dentre os animais, possui o *lógos*. É assim que a voz pode configurar dor ou prazer e, deste modo, outros animais inferiores também a possuem (já que a sua natureza própria foi levada até o ponto de perceberem o que é doloroso ou prazeroso e transmitirem isto uns aos outros), enquanto o *lógos* existe para tornar manifesto o vantajoso e o ruim, assim como o justo e o injusto; pois isto é o que faz o que é próprio ao homem e o diferencia dos outros animais: que ele sozinho tenha a percepção do bem e do mal, do justo e do injusto, etc. E é a comunidade dessas percepções que produz a família e a pólis.

Com efeito, a pólis é primeira, por natureza, com relação à família e a cada um de modo individual. Pois o todo é necessariamente primeiro com relação às partes; assim, se porventura o todo é suprimido, nem pé nem mão existirão a não ser como homônimos⁷, no sentido em que falamos de uma mão esculpida na pedra como sendo uma mão; de fato, uma mão em tais circunstâncias estará corrompida, considerando-se que todas as coisas são vistas por sua operação e por sua capacidade, de tal forma que se isto não é mais possível não se deve dizer que são a mesma coisa, mas homônimos. Está claro portanto que a pólis é, por natureza, primeira com relação a cada um; pois cada um, separadamente, não é autárquico, da mesma forma como outras partes também existem para o todo e, assim, que aquele que não é capaz de “comunizar-se” ou que é tão

6 Ilíada. [IX.63].

7 H Rackham traduz o qualificativo ὁμωνύμως por “sentido equivocado”. Embora tenha querido preservar a expressão “homonímia”, devo concordar que no contexto da filosofia aristotélica esta homonímia tem a conotação um modo *falso* de tomar uma coisa pelo que ela não é, daí “equivoco”.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	5 de 16									

autárquico que não precise fazê-lo, não é parte da pólis e, portanto, é ou uma fera ou um deus.

Neste sentido, o ímpeto de formar uma tal comunidade existe em todos por natureza; mas o primeiro que a organizou foi o causador do maior dos bens. Pois o homem é o melhor dos animais quando atinge a sua plenitude, e o pior de todos eles quando separado do *nomos* e da *dike*. Isto porque a falta de *dike* é mais perniciosa quando se possui as ferramentas e, o homem foi engendrado possuindo armas para a sabedoria e a virtude, passíveis de se utilizar de forma completamente oposta. Deste modo, aquele desprovido de virtude é o mais inescrupuloso e selvagem dos animais e, o pior no que se refere aos prazeres e à gula; por seu lado, a compleição justa é política; pois a *dike*, ou seja, a faculdade de distinguir o justo, é a ordem da comunidade política.

II. E agora que está claro quais são as partes de que a pólis é composta, é necessário discutir, antes de tudo, a *oikonomia*; pois toda pólis é reunida a partir de famílias. A *oikonomia* diz respeito às partes de que a família é formada, por sua vez; a família, em sua plenitude, consiste de escravos e livres. A investigação de cada coisa deveria começar com suas menores partes e, as primeiras e menores partes da família são senhor e escravo, marido e esposa, pai e filhos; devemos examinar portanto a melhor composição e a melhor compleição de cada uma dessas três partes, sejam: a do senhorio, aquela que se refere ao casamento (pois não há nome para a comunhão de mulher e homem) e, em terceiro lugar, a que se refere à geração de filhos (esta também não é designada por nenhum nome específico). Aceitaremos então essas três partes que mencionamos. De fato, existe ainda uma parte que se considera ser da *oikonomia* e, às vezes, se considera como a sua parte mais importante. Se há algum valor nisso, investigaremos; falo daquilo que é chamado *crematística*.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	6 de 16									

Livro III. 1276a-1281a

I.11.(...) Uma discussão particularmente ligada a esta controvérsia parece ser: qual é exatamente o princípio segundo o qual podemos dizer que uma pólis é a mesma ou não é a mesma, mas antes outra? A forma mais óbvia de lidar com esta *aporia* busca enfatizar o lugar e as pessoas. Assim, imaginam-se situações em que se tenham dividido o lugar e as pessoas, ou em que as pessoas sejam outras ou habitem um outro lugar. Desta maneira é fácil lidar com a *aporia*, já que se fala da polis sob múltiplas formas e fica fácil conduzir a investigação. **12.** Do mesmo modo, de fato: suponhamos um mesmo grupo de pessoas habitantes do mesmo lugar; em que circunstâncias deveremos considerar a pólis como sendo somente uma? Não por causa das muralhas, com certeza, pois seria possível circunscrever o Peloponeso dentro de um muro. Um caso parecido com este é o da Babilônia e o de todos aqueles que delineiam um circuito que é mais o de um *éthnos* que o de uma pólis. Pois diz-se, de fato, que, quando a Babilônia foi capturada, várias partes da pólis não tomaram conhecimento disto senão três dias depois. Mas a consideração deste problema será útil em outra ocasião (o enfoque que não deve permanecer obscuro ao político incide sobre a magnitude da pólis, em que medida deve acomodar-se aí um só *éthnos* ou um grande número). **13.** Por outro lado, estaríamos a considerar uma pólis quando os mesmos habitantes vivem no mesmo lugar, como sendo a mesma pólis enquanto os habitantes forem de mesma estirpe, à despeito do fato de que com o tempo alguns morrem e outros nascem, da mesma forma como é costumeiro dizer que um rio ou uma fonte são o mesmo rio ou fonte apesar de que uma nova corrente d'água está sempre sendo adicionada, enquanto outra está se desfazendo, ou diríamos que apesar das pessoas serem as mesmas, pelas mesmas razões a pólis é diferente? Pois, afinal, se uma pólis é uma comunidade, e uma comunidade de cidadãos em vista de uma *politeía*, ao produzir-se uma transformação em sua concepção formal e a *politeía* tornar-se diferente, sendo este o caso, não

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	7 de 16									

pareceria forçoso opinar que a pólis não seria a mesma, do mesmo modo como falamos de um coro, que em uma ocasião atua em uma comédia e em outra atua em uma tragédia, como sendo um coro diferente embora frequentemente formado pelas mesmas pessoas? **14.** E, assim por diante, como em relação a qualquer outra totalidade comum ou síntese heterogênea, dizemos que é outra se a forma da síntese é diferente — caso do tom musical que consiste das mesmas notas, diferindo quando tocadas no modo dório ou no modo frígio. Se este for o caso, manifestamente mais provável fica aquilo que é dito da pólis como sendo a mesma, vista em face da *politeía*. E, assim, seria possível dar-lhe o mesmo nome ou outro, tanto quando seus habitantes são os mesmos como quando são pessoas totalmente diferentes. Mas se uma pólis estivesse em conformidade com o que é justo ou não, se ela se desagregaria ou não quando uma *politeía* se deslocasse em direção a outra, é um assunto diferente.

II.1. O próximo assunto a verificar após o que já foi dito é se devemos afirmar que a virtude do homem bom é a mesma virtude do cidadão diligente, ou se não é a mesma. Contudo, se este ponto deve ser realmente o objeto de uma investigação, precisamos antes estabelecer um esboço daquilo que constitui a excelência de um cidadão. Como de fato o navegador é alguém que se “comuniza”, assim também parece ser o cidadão. E se, por seu turno, os navegadores não são semelhantes por suas aptidões (...) — sendo a definição mais exata de sua virtude claramente própria a cada um em particular — ainda assim, haverá alguma definição comum que se aplique de forma semelhante a todos; ora, a segurança da navegação deve ser a tarefa de todos eles juntos, já que cada um dos navegadores a tem em mira. Portanto, igualmente para os cidadãos, apesar de não serem semelhantes uns dos outros, sua tarefa é a salvaguarda da comunidade, sendo que a comunidade é, de fato, a *politeía*, de modo que a virtude do cidadão necessariamente deve existir em prol da *politeía*.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	8 de 16									

Então, se existem várias formas de *politeía*, fica claro que não pode haver uma só virtude perfeita para o cidadão diligente; mas quando se trata do homem bom, falamos de uma única virtude, uma virtude perfeita. Sendo assim, parece bem possível ser um cidadão diligente sem que se possua a virtude que é a de um homem zeloso.

(...)

IV.1. Na medida em que esses pontos foram determinados, o próximo item a investigar é se deveríamos estabelecer que existe uma única *politeía* ou várias e, se forem várias, o que são e quantas e, ainda, quais são as diferenças entre elas. A *politeía* é, de fato, a ordem da pólis tanto no que diz respeito aos diversos magistrados como, principalmente, no que tange à autoridade sobre tudo. Assim é, pois, que em todos os lugares o que predomina é o ato de administrar a pólis, e o ato de administrar é, de fato, a *politeía*. Digo, por exemplo, que nas *póleis* democráticas o dêmo é supremo, enquanto que nas *póleis* oligárquicas são as elites; e, nos parece que são ambas diferentes em relação à *politeía*. Assim também devemos falar das outras formas de *politeía*.

2. Então, primeiro, determinemos hipóteses fundamentais: que motivo favorece a composição da pólis? Quantos são os tipos diferentes de condução dos homens e de comunidade da vida? De acordo com o que foi dito anteriormente, quando estabelecemos os princípios da *oikonomía* e do despotismo, por natureza o homem é um animal político. E isto significa que mesmo quando não precisam de ajuda uns dos outros eles não desejam menos viver juntos.

3. Mas eles também são reunidos pelo interesse comum, de modo que cada um alcance uma parte do viver de forma bela. Eis, portanto, o fim último, tanto na coletividade como em separado; mas também se produz a reunião e se mantém a comunidade política pelo bem da vida, simplesmente, já que, sem dúvidas, há um elemento de valor contido mesmo na mera condição de estar vivo, desde que não se tenha excessos no que tange às durezas da vida e, é

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	9 de 16									

claro que a plêiade dos homens luta pela vida ao custo de muito sofrimento, o que mostra que a vida contém alguma medida de doçura e bem-estar em sua própria natureza.

4. Além disso, as muitas variedades reconhecidas de condução podem ser facilmente definidas; de fato, discutimos frequentemente sobre elas em outros discursos. No despotismo, apesar de que quando senhor e escravo são designados, por natureza, por suas posições, seu interesse é o mesmo, não obstante conduz-se em maior medida, tendo em vista o interesse do senhor mas, secundariamente, tendo em vista o interesse do escravo, pois se o escravo deteriora, a posição do senhor não pode se salvaguardar da injúria.

5. O poder sobre os filhos e sobre a mulher [e sobre toda a família, o que chamamos *oikonomia*] é exercido tanto por interesse dos que são conduzidos como por algum interesse comum às duas partes mas, essencialmente, no interesse dos que são conduzidos, como vemos que outras artes como a medicina e o exercício atlético são perseguidas no interesse daqueles sobre quem recai a prática, apesar de que, secundariamente, elas possam ser do interesse dos que a praticam; pois nada impede que o treinador seja, em algumas ocasiões, ele mesmo também um daqueles que treinam, assim como um piloto é sempre membro da tripulação (...).

7. Fica claro, então, que aquelas *politeíai* que tem em mira o interesse comum, estão corretamente modeladas e, em acordo com a justiça absoluta, enquanto que aquelas que visam ao único proveito do condutor são frágeis e, todas são desvios das *politeíai* corretas. Pois elas contém um elemento despótico, enquanto a pólis é uma comunidade de homens livres. Isto posto, o próximo passo é considerar quantas formas de *politeía* existem, e o que elas são; e, primeiro, analisar as formas corretas, já que os desvios tornar-se-ão manifestos quando essas formas forem definidas.

V.1. Mas como *politeía* e ação de administrar significam o mesmo, e a

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	10 de 16									

ação de administrar é suprema na pólis, é necessário que o poder supremo seja de um, ou de poucos, ou de muitos, e assim que um, poucos ou muitos conduzam em direção ao interesse comum, sendo neste caso necessariamente *politeías* corretas, enquanto aquelas que vão em direção ao interesse particular de um, de poucos ou de muitos são desvios. Assim, ou não podemos dizer que aqueles que fazem parte da pólis são cidadãos, ou aqueles que fazem parte da pólis devem compartilhar do que é vantajoso na parceria. Nossa designação costumeira para uma monarquia que tem como objetivo o interesse comum é “realeza”; para um governo de mais de um, mas ainda de poucos, apenas, “aristocracia” (tanto porque os melhores conduzem, como porque eles conduzem tendo em mira o que é melhor para a pólis e para seus membros); enquanto quando os muitos agem administrando a pólis com vistas ao interesse comum, designa-se pelo nome que é comum a todas as *politeíasi*, ou seja, *politeía*.(...)

4. Desvios dessas que mencionamos são a tirania em relação à realeza; a oligarquia em relação à aristocracia; e a democracia em relação à *politeía*; pois a tirania é a realeza que se conduz no interesse do monarca; a oligarquia no interesse dos abastados; e a democracia no interesse dos sem-meios, e nenhuma dessas formas vai em direção ao que é vantajoso para a o que é comum. (...)

11. De fato, todos aqueles que se preocupam com a boa-ordem investigam cuidadosamente sobre a virtude e o mal-feito político. É claro, portanto, que qualquer polis, assim verdadeiramente denominada e não pela graça de um discurso, deve velar pela virtude. Porque de outro modo a comunidade vem a ser uma *symmachia*, diferindo de outras *symmachiai* longínquas apenas pela região. E a lei passa a ser uma convenção ou, de acordo com a frase do sofista Lycophon, uma garantia de justiça nas relações mútuas, não sendo, porém, delineada para produzir cidadãos bons e justos.

12. Assim sendo, compreende-se como este tema aparece. Pois se

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	11 de 16									

alguém fosse juntar efetivamente os sítios de duas *póleis* formando um só, como se as muralhas de Mégara e de Corinto fossem contíguas, por exemplo, mesmo assim elas não formariam uma só pólis. E, igualmente, mesmo que certas pessoas habitassem separadamente, embora não tão longe que não pudessem manter um relacionamento, mas tivessem leis para prevenir problemas em seu intercâmbio de produtos – assim, por exemplo, se um homem fosse carpinteiro, o outro fazendeiro, o outro sapateiro e o outro algo parecido – e o todo da multidão se contasse aos dez milhares e, contudo, eles não tivessem nenhum acordo mútuo sobre nada senão com relação à troca de mercadorias e à aliança militar, mesmo assim isto não seria uma pólis.

13. E qual a exata razão disso? Pois claramente não é por causa de suas relações à distância que isto não acontece; pois mesmo que eles se reunissem para esse tipo de relacionamento (cada um usando sua própria família como se fosse uma pólis) ou para a ajuda militar contra agressores apenas, como em uma aliança defensiva, nem mesmo assim, então, eles apareceriam como constituindo uma pólis aos olhos daqueles que examinam a questão com cuidado, se a forma de associação fosse a mesma quando estão juntos ou separados. Fica claro, portanto, que uma pólis não é meramente a partilha de um lugar comum com a finalidade de prevenir contra a agressão mútua e para a troca de mercadorias. Estas são pré-condições necessárias para a existência de uma pólis, apesar de que, mesmo se todas essas condições estiverem presentes, contudo não se faz uma pólis, porque a pólis é uma comunidade de famílias e de gene para o viver-bem, e sua finalidade é uma vida plena e autárquica.

14. Por seu turno, isto não acontecerá a menos que essas mesmas famílias e gene estejam coabitando e pratiquem a epigamia, em uma mesma região. (...) E a pólis é a comunidade de gene e de aldeias para uma vida plena e autárquica, o que significa a vida bela e nobre; a comunidade política deve existir, então, pelo bem das ações nobres e não apenas para a vida em comum

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	12 de 16									

(...).

15. (...) Pelo que foi dito, fica claro, portanto, que entre todos aqueles que disputam sobre as formas de *politeíai*, uma parte fala do que é justo.

Livro VII. 1326a-1331b

IV.2. Sobre o tema do suprimento necessário à pólis está, em primeiro lugar, a questão da plêiade de homens, quantos e com quais feições de caráter por natureza? E o mesmo com respeito ao território, qual o seu tamanho e suas feições?

3. A maioria imagina que a pólis próspera deve ser grande; mas, sendo isto verdadeiro, falha em compreender em que consistem os atributos da grandeza ou da pequenez de uma pólis. Julgam que uma pólis é grande considerando a magnitude numérica da plêiade dos que aí habitam, quando o melhor a fazer seria observar não a multidão mas, antes, o potencial. Pois como outros, a pólis tem uma tarefa, de modo que é a pólis mais apta a perseguir esta finalidade que deve ser considerada a maior, justamente como diríamos que Hipócrates seria maior do que alguém que o ultrapassasse em tamanho corporal, não como homem, mas como médico.

4. Da mesma forma, mesmo que seja correto julgar uma pólis pelo teste de sua multidão, isto não deve ser feito relativamente a toda e qualquer multidão (pois as *póleis* estão fadadas a conter um grande número de escravos, metecos e estrangeiros) mas, antes, o teste deverá ser o do número daqueles que forem uma parte da pólis — as partes especiais de que a pólis é constituída. É, pois, a superioridade numérica destas partes especiais que indica uma grande pólis; uma pólis que envia para a guerra um grande número de inferiores e um pequeno número de hoplitas, não tem condições de ser uma grande pólis — já que uma grande pólis não é o mesmo que uma grande quantidade de homens (...).

7. De modo similar, uma pólis formada a partir de demasiado poucos não

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	13 de 16									

será autárquica (e a pólis deve ser autárquica) e uma outra formada a partir de demasiado muitos, apesar de ser autárquica em suas necessidades, assim será como um *éthnos* e não como uma pólis, já que não será fácil fundar uma *politeía* — pois quem será estrategista diante da multidão extrema e incomensurável? E quem será arauto senão Estentor? Segue-se que o limite mínimo para que exista a pólis é necessariamente sua formação a partir de uma quantidade mínima, inicialmente, uma plêiade que seja autárquica em prol do viver-bem, segundo o modo da comunidade política. (...)

8. (...) Fica claro, portanto, que o melhor limite para a pólis diz respeito à maior expansão da multidão em direção à vida autárquica, desde que possa ser abarcada pelo olhar. Esta deve, então, ser nossa conclusão em relação ao tema da magnitude da pólis.

V.2. A configuração ideal do território não é difícil de definir (apesar de que em alguns pontos o conselho de estrategistas deva também ser considerado): de um lado, deve ser difícil para os inimigos invadirem e de fácil retirada para os seus e, além disso, por outro lado, o mesmo que dissemos sobre a magnitude da multidão se aplica ao território — deve ser possível abarcar com o olhar, e isto significa um território fácil de defender militarmente. Quanto ao sítio da pólis, se ele deve ser alocado de maneira ideal é bom que ele seja bem colocado tanto em relação ao mar como ao território. Um princípio fundador é aquele mencionado acima — deve comunicar-se com todas as regiões do território afim de enviar ajuda militar; e um outro princípio é o de que deve ter fácil acesso para a conveniência da produção agrícola e, ainda, de madeira e qualquer outro bem que o território possua.

3. Sobre a comunicação com o mar, muito se fala sobre se isso é ou não vantajoso para a pólis bem ordenada. Diz-se que a visita de pessoas criadas em acordo com outras instituições é prejudicial à eunomia, assim como a diversidade de pessoas, que vai crescendo à medida que se envia para fora e se recebe um

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	14 de 16									

certo número de negociantes, é desfavorável a uma boa administração política. Ora, não é difícil perceber que, se estas conseqüências forem evitadas, torna-se vantajoso tanto para a segurança como para o fornecimento de produtos necessários que a pólis e o território tenham acesso ao mar (...).

5. (...) Mas já que mesmo atualmente vemos muitas *póleis* e territórios possuindo docas e portos convenientemente situados com relação à pólis, afim de não fazerem parte da mesma *ásty* e, ainda assim não ficarem muito longe, mas sendo controlados por muralhas e outros sistemas defensivos similares, fica claro que se algum bem deve resultar dessa comunicação, a pólis possuirá este bem e se, por outro lado, algo nocivo resultar, será fácil resguardar-se com leis, determinando e regulando sobre quem poderá e quem não poderá relacionar-se com quem.

X.1. Foi dito, anteriormente, que a pólis deverá comunicar-se com o interior, com o mar e com todo o território, na medida em que as circunstâncias permitam. O sítio mesmo da pólis, supliquemos que seja alocado em terreno inclinado, tendo em vista quatro observações: primeiro, algo que é essencial, tendo em vista a saúde (já que os sítios que se inclinam para leste ou em direção às correntes de ar que vêm do sol nascente são mais saudáveis e, em segundo lugar, aqueles que ficam longe do vento norte, pois esses são mais amenos no inverno);

2. E, entre as demais observações, um sítio inclinado é favorável tanto para práticas políticas quanto militares. Em relação às práticas militares, por exemplo, a retirada deve ser fácil para os próprios (habitantes), mas difícil ao adversário aproximar-se e bloquear, e deve possuir, se possível, abundância de suprimentos naturais de poços e fontes, mas não sendo isto possível, foi inventada uma maneira de fornecer água construindo uma boa quantidade de grandes reservatórios para água das chuvas, de modo que este suprimento não falte quando houver um bloqueio do território devido à guerra.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	15 de 16									

3. E, na medida em que devemos ter em consideração à saúde dos que aí habitam e isto depende de que o sítio esteja bem situado tanto em solo saudável como de bom aspecto e, secundariamente, com o uso de uma boa quantidade de fontes, o próximo tema deve ser tomado como tendo também uma importância primária. Aquelas coisas que usamos para o corpo em grandes quantidades e com maior frequência contribuem mais para a saúde; e a influência do fornecimento de água e do ar é desta natureza. Então, é sábio que nas *póleis*, se nem todos os veios d'água forem igualmente puros e não existir uma abundância de fontes adequadas, os suprimentos d'água para beber devam ser mantidos separados daqueles para outros usos.

4. Com relação às fortificações, o que é vantajoso não é o mesmo para todas as *politeíai* igualmente; por exemplo, uma acrópole é adequada à oligárquica e à monárquica, enquanto à democrática adequa-se um sítio plano; nenhum deles é bom para a aristocrática mas, antes, várias posições fortificadas. O arranjo das habitações privadas é considerado como sendo mais agradável e mais conveniente para práticas gerais quando desenhado em ruas retas, de acordo com a maneira moderna, isto é, aquela introduzida por Hipodamo; mas é mais adequado à salvaguarda em guerra, caso se mantiver o plano oposto, como nos tempos antigos; pois este arranjo dificulta a entrada e a movimentação de tropas estrangeiras quando atacam.

5. Assim sendo, o melhor é combinar as vantagens de ambos os planos (pois isto é possível se as habitações forem dispostas no modo como alguns agricultores chamam “em fileira”, quando se referem às vinhas) e não dispor a pólis inteira em ruas retas, mas apenas certas partes e lugares, pois este é um modo de combinar salvaguarda e beleza. (...)

XI.1. É apropriado que as habitações destinadas aos deuses e aos banquetes oficiais mais importantes tenham um sítio adequado e o mesmo para todos, com exceção daqueles templos para os quais se designa por lei ou por

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Política	Jan / 2010
labeca	[I. 1252a-1253b; III. 1276a-1281a; VII. 1326a-1331b] Aristóteles	16 de 16									

alguma injunção do oráculo da Pítia um lugar especial e separado. E o sítio será adequado caso seja um lugar suficientemente conspícuo tendo em vista a excelência de sua posição e, ainda, de força superior com relação às partes adjacentes da pólis.

2. É conveniente que abaixo deste sítio seja disposta uma ágora do tipo comum que na Tessália chamam de ágora livre, isto é, aquela que deve ser mantida limpa de toda mercadoria e na qual nenhum artesão ou agricultor, ou nenhuma outra pessoa deste tipo possa introduzir-se, a não ser que seja intimada pelos magistrados. Daria amenidade ao sítio se também fosse aí alocado o ginásio dos homens mais velhos — já que é apropriado que se divida, neste caso, por idades e para alguns magistrados que passem seu tempo entre os jovens, enquanto os mais velhos passem seu tempo com magistrados; pois a presença dos magistrados diante dos olhos dos homens engendra, na maioria das vezes, verdadeiro respeito e temor próprio ao homem livre. A ágora para o comércio deve ser diferente da ágora livre e em outro lugar; deve ter um sítio conveniente para o recolhimento, aí, de todos os produtos enviados do mar e do território.

3. E, como a divisão da multidão da pólis inclui sacerdotes e magistrados, é apropriado que as salas de banquete dos sacerdotes também tenham seu posicionamento em torno dos recintos sagrados. E todas as magistraturas que supervisionam contratos e o registro de ações legais, intimações e outros assuntos de justiça e, ainda, aquelas que lidam com o controle das atividades da ágora e aquelas que, por lidarem com o controle das atividades da cidade, são chamadas *astynomía*, devem posicionar-se adjacentes à ágora ou a algum lugar público de estadia, necessariamente na vizinhança da ágora comercial, pois assinalamos que a ágora superior é um lugar para exercitar o ócio, enquanto esta outra é para os negócios necessários.

(...)